

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.293 - SP (2019/0297344-2)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**BRUNO HADDAD GALVÃO - SP264412**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : HENRIQUE PLINIO DE SOUZA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de HENRIQUE PLINIO DE SOUZA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 1046108-69.2015.8.26.0576).

Extraí-se dos autos que o paciente, juntamente com outros corréus, foi condenado pelas práticas dos delitos tipificados no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, à pena de 5 anos e 10 meses de reclusão, mais o pagamento de 580 dias-multa e no art. 35, *caput*, da Lei de Drogas, à pena de 3 anos e 6 meses de reclusão, mais o pagamento de 816 dias-multa, em regime fechado.

Irresignada, a defesa interpôs apelação perante o Tribunal de origem, o qual, acolhendo a matéria preliminar, anulou a sentença condenatória, para que outra seja proferida com apreciação das questões preliminares arguidas pelas defesas, mantendo, no entanto, a prisão preventiva dos réus.

No presente *mandamus*, alega excesso de prazo na segregação cautelar do paciente, tendo em vista que foi dado cumprimento ao mandado de prisão no dia 05/12/2015, ou seja, há quase 4 anos, sem que a instrução em primeiro grau tenha, de fato, se encerrado.

Diz haver similitude fático-processual entre o paciente e o corréu Milton da Silva Junior, que foi beneficiado com a expedição de alvará de soltura, nos autos do HC n. 172.321, prolatado pelo Supremo Tribunal Federal, sustentando que deve ser estendido ao ora paciente.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura.

É o relatório.

Decido.

# Superior Tribunal de Justiça

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator